

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO À SENTENÇA CÍVEL	21
1. Conceito de sentença.....	21
2. Elementos da sentença.....	22
3. Classificação da sentença.....	23
4. Capítulos da sentença.....	23
5. Técnica de construção de sentença e o princípio da congruência	25
5.1. Princípio da congruência	25
5.2. Discurso e linguagem da sentença.....	27
5.3. Referência a texto legal e citação de dispositivos.....	28
5.4. Divisão da sentença em tópicos	29
6. O esboço da sentença	30

CAPÍTULO II

RELATÓRIO DA SENTENÇA	35
1. Introdução.....	35
2. Cabeçalho e “vistos etc.”	35

CAPÍTULO III

FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA – QUESTÕES QUE ANTECEDEM A ANÁLISE DO MÉRITO

	43
1. Introdução.....	43
2. Dispensa do relatório	44
3. Julgamento simultâneo de ações.....	45
4. Questões e pedidos pendentes	47
4.1. Pedido de produção de prova	48
4.2. Pedido de expedição de ofícios	50
4.3. Pedido de intervenção de terceiros ainda não apreciado.....	51
4.4. Pedido de gratuidade de justiça ainda não apreciado	52
4.4.1. Pedido de gratuidade de justiça formulado pelo autor e impugnado pelo réu em contestação	55
4.5. Decretação da revelia	55
4.5.1. Contestação genérica vs. revelia	55
5. Preliminares	56
5.1. Questões preliminares e questões prejudiciais.....	58
5.2. Linguagem e estruturação geral da análise das questões preliminares	59
5.3. Estruturação conforme a espécie de preliminar suscitada – estratégia para provas de concurso	61
5.3.1. Legitimidade “ad causam” e interesse processual (interesse de agir).....	61
5.3.1.1. Teoria da asserção.....	64
5.3.2. Demais questões preliminares do art. 337 do CPC	65
5.3.2.1. Inexistência ou nulidade de citação.....	65
5.3.2.2. Incompetência (absoluta e relativa)	67
5.3.2.3. Incorreção do valor da causa.....	68
5.3.2.4. Inépcia da inicial.....	70
5.3.2.5. Perempção, litispendência e coisa julgada	71
5.3.2.6. Conexão.....	72
5.3.2.7. Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização	74
5.3.2.8. Convenção de arbitragem.....	76
5.3.2.9. Ausência de legitimidade ou de interesse processual	78

5.3.2.10. Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar	78
5.3.2.11. Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça	79
5.4. Questões processuais cognoscíveis de ofício.....	80
6. Preliminar que se confunde totalmente com o mérito	82
7. Alegação de nulidade.....	83
8. Acolhimento da preliminar	85
9. Julgamento antecipado do mérito/pedido	86

CAPÍTULO IV

FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA – QUESTÕES QUE RESOLVEM O MÉRITO

1. Avanço para as questões que resolvem o mérito	89
2. Questões prejudiciais	89
2.1. Questões prejudiciais previstas no art. 487 do CPC	91
2.1.1. Prescrição e decadência.....	91
3. Mérito propriamente dito	96
3.1. Reconhecimento da procedência do pedido, transação e renúncia à pretensão formulada na ação ou na reconvenção....	97
3.2. Estruturação do mérito para o acolhimento ou rejeição dos pedidos (art. 487, I, do CPC)	99
3.3. Abordagem sucinta da pretensão do autor.....	100
3.4. Regime jurídico aplicável ao caso	101
3.5. Quem tem razão?	103
3.6. Abordagem dos fatos incontroversos e delimitação dos fatos/questões controvertidos.....	104
3.7. Análise das provas produzidas	107
3.7.1. Distribuição e inversão do ônus da prova.....	110
3.8. Fundamentos jurídicos	112
3.8.1. Constituição Federal de 1988.....	112
3.8.2. Leis.....	113
3.8.3. Conceito e natureza dos institutos jurídicos.....	113
3.8.4. Jurisprudência e precedentes.....	115
3.8.5. Doutrina	118

3.9. Teses defensivas	119
3.9.1. Acolhimento da tese defensiva	122
3.10. Conclusão da análise dos pedidos do autor	123
3.10.1. Pedidos cumulados fundados em causas de pedir diversas e independentes.....	123
3.10.2. Pedidos cumulados decorrentes da mesma causa de pedir ou de causas de pedir interdependentes	124
3.11. Análise do pedido de dano moral.....	124
3.11.1. Dano-morte e o critério bifásico adotado pelo STJ	126
3.12. Análise do pedido de tutela provisória	128
3.13. Questão processual como mérito da demanda.....	133
3.14. Análise dos pedidos mesmo diante de causa de extinção do processo sem resolução do mérito. Aplicação do art. 488 do CPC.....	135
3.15. Fundamentação completa.....	136
3.15.1. Causas de pedir independentes (ação de cobrança).....	136
3.15.2. Causas de pedir interdependentes (ação declaratória de inexistência de relação jurídica cumulada com pedido de repetição de indébito e danos morais)	138

CAPÍTULO V

DISPOSITIVO DA SENTENÇA	143
1. Conceito	143
2. Redação do dispositivo	143
3. Extinção do processo sem resolução do mérito.....	145
3.1. Indeferimento da petição inicial (inciso I)	146
3.2. O processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes (inciso II).....	147
3.3. Por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias (inciso III)	147
3.4. Falta de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (inciso IV)	148
3.5. Reconhecimento de perempção, litispendência ou de coisa julgada (inciso V)	149
3.6. Ausência de legitimidade ou de interesse processual (inciso VI)....	149
3.7. Acolhimento da alegação de existência de convenção de arbitragem ou reconhecimento, pelo juízo arbitral, de sua competência (inciso VII)	150

3.8.	Homologação do pedido de desistência da ação	152
3.9.	Morte da parte e intransmissibilidade da ação por disposição legal	154
3.10.	Demais casos prescritos no CPC	155
4.	Resolução do mérito	155
4.1.	Acolhimento ou rejeição do pedido	156
4.1.1.	Fixação de <i>astreintes</i>	159
4.2.	Decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição	160
4.3.	Homologação de autocomposição	162
5.	Juros de mora e correção monetária	164
5.1.	Juros de mora	164
5.1.1.	Termo inicial para a incidência dos juros de mora	166
5.2.	Correção monetária	168
5.3.	Juros de mora e correção monetária no dano moral	170
5.4.	Aplicação no caso concreto e tabela esquematizada	171
5.5.	Juros de mora e correção monetária contra a Fazenda Pública	173
5.6.	Juros moratórios, compensatórios e correção monetária na ação de desapropriação	177
5.6.1.	Juros moratórios	177
5.6.2.	Juros compensatórios	178
5.6.3.	Correção monetária	179
6.	Ônus de sucumbência	182
6.1.	Honorários advocatícios contra o particular	184
6.1.1.	Regime do art. 85, § 2º, do CPC	184
6.1.2.	Regime do art. 85, § 8º, do CPC	187
6.2.	Honorários advocatícios contra a Fazenda Pública	188
6.3.	Honorários advocatícios na ação de desapropriação	190
6.4.	Distribuição do ônus de sucumbência	192
6.4.1.	Sucumbência exclusiva de uma das partes	193
6.4.2.	Sucumbência recíproca e equivalente das partes	193
6.4.3.	Sucumbência recíproca e não equivalente das partes ...	194
6.4.4.	Sucumbência e gratuidade de justiça	195
7.	Providências complementares	197
7.1.	Regime de cumprimento de sentença	197
7.2.	Remessa necessária	198

7.3.	Ofícios.....	199
7.3.1.	Agravo de instrumento pendente de julgamento.....	200
7.3.2.	Prática de crime	200
7.3.3.	Improbidade administrativa.....	200
7.3.4.	Ações envolvendo sociedades empresárias.....	201
7.4.	Mandado.....	201
7.4.1.	Retificação de assentamento (art. 109 da Lei 6.015/73)...	201
7.4.2.	Adoção (art. 95, parágrafo único, da Lei nº 6.015/73)....	201
7.4.3.	Averbação (art. 97 e seguintes da Lei 6.015/73)	202
7.5.	Trasladação da sentença.....	202
8.	Determinação de arquivamento dos autos	202
9.	Registro, publicação e intimação da sentença	203
10.	Local, data e assinatura do magistrado	203
11.	Modelo completo de fundamentação e dispositivo	203

CAPÍTULO VI

ESTRUTURAS DIFERENCIADAS..... 207

1.	Introdução.....	207
2.	Sentença com intervenção de terceiros.....	207
2.1.	Assistência.....	207
2.2.	Chamamento ao processo.....	209
2.3.	Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica.....	209
2.4.	<i>Amicus curiae</i>	209
2.5.	Denúnciação da lide.....	210
2.5.1.	Pedido de denúnciação da lide ainda não apreciado	211
2.5.2.	Pedido de denúnciação da lide deferido	211
2.5.3.	Condenação direta e solidária do denunciado	215
2.5.4.	Sucumbência na denúnciação da lide	218
2.5.5.	Denúnciação da lide nas ações de responsabilidade civil contra o Estado (Fazenda Pública em geral)	220
2.6.	Oposição.....	223
3.	Sentença em ação com reconvenção.....	227
4.	Pedido contraposto	229
4.1.	Juizado Especial Cível.....	229

4.2.	Ações possessórias.....	230
5.	Improbidade administrativa	230
5.1.	Competência.....	233
5.1.1.	Competência para a ação de improbidade administrativa envolvendo agentes políticos	233
5.2.	Legitimidade ativa.....	236
5.3.	Legitimidade passiva.....	237
5.4.	Atos de improbidade administrativa	237
5.5.	Sanções	239
5.6.	Principais teses defensivas	241
5.6.1.	Pedido de suspensão do processo para aguardar o resultado de processo administrativo ou criminal	241
5.6.2.	Alegação de nulidade por ausência de notificação do particular, pessoa física ou jurídica, que celebra com a administração pública convênio, contrato de repasse, contrato de gestão, termo de parceria, termo de cooperação ou ajuste administrativo equivalente a manifestação prévia	241
5.6.3.	Nulidade da prova emprestada (interceptação telefônica).....	243
5.6.4.	Prescrição	243
5.6.5.	Ausência de prejuízo ou aprovação das contas pelo Tribunal de Contas.....	246
5.7.	Sentença e remessa necessária.....	246
5.8.	Estrutura da sentença	246
6.	Ação civil pública e a tutela dos direitos difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos	250
6.1.	Competência.....	251
6.2.	Legitimidade	252
6.3.	Prescrição e decadência	254
6.4.	Modelo de sentença.....	255

CAPÍTULO VII

MODELOS DE SENTENÇAS..... 261

1.	Ação de adjudicação compulsória	261
2.	Busca e apreensão de veículo	266

3.	Ação de despejo.....	270
4.	Ação de dissolução parcial de sociedade empresária.....	276
5.	Falência	284
6.	Resolução de contrato de promessa de compra e venda de imóvel na planta	291
7.	Plano de saúde	297
8.	Ação renovatória de contrato de locação de imóvel não residencial...	304
8.1.	Principais discussões.....	305
8.1.1.	Inobservância dos requisitos do art. 51 da Lei nº 8.245/91.....	305
8.1.2.	Valor do aluguel.....	307
8.1.3.	Prazo de renovação	308
8.1.4.	Início da renovação.....	309
8.2.	Modelo de sentença.....	309

CAPÍTULO VIII

MODELOS DE DISPOSITIVOS..... 315

1.	Ação de consignação em pagamento (arts. 539 a 549 do CPC).....	315
2.	Ação de exigir contas (arts. 550 a 553 do CPC)	315
2.1.	Primeira fase do processo (art. 550, § 5º, do CPC) - decisão interlocutória de mérito	317
2.2.	Segunda fase do processo (art. 552 do CPC).....	317
3.	Reintegração de posse.....	318
3.1.	Sentença confirmatória de medida liminar.....	318
3.2.	Sentença proferida sem que tenha havido concessão de liminar.....	318
4.	Ação de divisão e demarcação de terras particulares.....	319
4.1.	Demarcação	319
4.2.	Divisão	319
5.	Embargos de terceiro.....	320
6.	Ação monitória.....	320
6.1.	Rejeição integral dos embargos à monitória	320
6.2.	Acolhimento parcial dos embargos à monitória.....	321
6.3.	Acolhimento total dos embargos à monitória	321

7.	Mandado de segurança	322
7.1.	Concessão da segurança	322
7.2.	Denegação da segurança	322
8.	<i>Habeas data</i>	323
9.	Ação popular	323

CAPÍTULO IX

CASOS PARA TREINAMENTO

1.	Ação de imissão de posse e ação de interdito proibitório	325
2.	Embargos à execução	328
3.	Ação inibitória cumulada com reparação de danos	330
4.	Resolução de contrato e perdas e danos	332
5.	Responsabilidade Civil	333
6.	Ação de imissão de posse cumulada com perdas e danos	336
7.	Ação declaratória c/c revisional (magistratura – TJMS)	339
8.	Ação monitória (magistratura – TJPE)	342

CAPÍTULO X

ESPELHOS DE CORREÇÃO

1.	Ação de imissão de posse	345
1.1.	Julgamento simultâneo de ações	345
1.2.	Pedido de gratuidade de justiça ainda não apreciado	345
1.3.	Aplicação do princípio da fungibilidade	345
1.4.	Preliminar de incompetência	346
1.5.	Preliminar de litispendência	346
1.6.	Extinção do processo referente à ação de imissão de posse	346
1.7.	Mérito	346
1.8.	Dispositivo	347
2.	Embargos à execução	347
2.1.	Indeferir o pedido de produção de prova oral	347
2.2.	Julgamento antecipado dos pedidos	348
2.3.	Mérito	348
2.4.	Dispositivo	352

3.	Ação inibitória cumulada com reparação de danos	352
3.1.	Denúnciação da lide: Indeferir	352
3.2.	Julgamento antecipado dos pedidos	353
3.3.	Preliminares	353
3.4.	Mérito	353
3.4.1.	Teses defensivas	354
3.4.2.	Dano material	355
3.4.3.	Dano moral	355
4.	Tutela de urgência	356
5.	Dispositivo	356
6.	Resolução de contrato e perdas e danos	356
6.1.	Julgamento antecipado dos pedidos	356
6.2.	Preliminares	357
6.3.	Prejudicial de mérito	357
6.4.	Mérito propriamente dito	359
6.4.1.	Teses defensivas	360
6.4.2.	Dano moral	360
6.5.	Dispositivo	361
7.	Responsabilidade Civil	361
7.1.	Preliminar de ilegitimidade passiva da primeira ré	361
7.2.	Julgamento antecipado dos pedidos	362
7.3.	Prejudicial de mérito	362
7.4.	Mérito	362
7.4.1.	Lide principal	363
7.4.1.1.	Teses defensivas do segundo réu no tocante à sua responsabilidade civil	363
7.4.2.	Responsabilidade da primeira ré	364
7.4.2.1.	Teses defensivas da primeira ré	365
7.5.	Danos materiais	365
7.6.	Danos morais	366
7.7.	Denúnciação da lide	366
7.8.	Dispositivo da lide principal	367
7.9.	Dispositivo da denúnciação da lide	367
7.10.	Providências finais	367
8.	Ação de imissão de posse cumulada com perdas e danos	368
8.1.	Julgamento antecipado dos pedidos: art. 355, I, do CPC	368

8.2.	Prescrição / decadência	368
8.3.	Mérito	368
8.3.1.	Pedido de imissão de posse	368
8.3.1.1.	Tese defensiva – empréstimo usurário	369
8.3.1.2.	Tese defensiva – existência de cláusula especial de retrovenda.....	369
8.3.2.	Pedidos de indenização (Espelho Aberto).....	370
8.3.2.1.	Pela rejeição dos pedidos indenizatórios.....	370
8.3.2.2.	Pelo acolhimento do pedido de indenização por dano moral e rejeição do pedido de dano moral	371
8.4.	Reconvenção	371
8.5.	Dispositivo	372
8.5.1.	Opção 1	372
8.5.2.	Opção 2	372
8.6.	Providências finais.....	373
9.	Ação declaratória c/c revisional (magistratura – TJMS).....	373
9.1.	Competência.....	373
9.2.	Cabimento da demanda autônoma	373
9.3.	Legitimidade ativa.....	374
9.4.	Inaplicabilidade do CDC.....	374
9.5.	Inaplicabilidade do enunciado sumular nº 332 do STJ à espécie... ..	374
9.6.	Inaplicabilidade do art. 1.000, parágrafo único, do Código Civil....	374
9.7.	Irrelevância da renegociação da dívida	374
9.8.	Licitude do anatocismo que foi informado à parte	374
9.9.	Licitude das taxas de juros acima de 12% ao ano e acima da média de mercado	375
9.10.	Inaplicabilidade da teoria do adimplemento substancial para afastar o dever de pagamento.....	375
9.11.	Dispositivo	375
10.	Ação monitória (magistratura – TJPE)	375
10.1.	Homologação do acordo.....	375
10.2.	Preliminares	376
10.3.	Prejudicial de prescrição.....	377
10.4.	Interrupção pelo decreto de falência	377
10.5.	Incidência do Código de Defesa do Consumidor	377

10.6. Mérito propriamente dito: dever do condômino pagar as cotas extraordinárias, ainda que referentes a rateio de despesas judiciais em processo contra si ajuizado.....	378
10.7. Mérito propriamente dito: abatimento das cessões de crédito ..	378
10.8. Mérito propriamente dito: aplicação da pena do Art. 940	378
10.9. Mérito propriamente dito: redução da multa moratória	379
10.10. Desconsideração da personalidade jurídica: rejeitar alegação de cerceamento de defesa	379
10.11. Desconsideração da personalidade jurídica: rejeitar a limitação temporal.....	379
10.12. Desconsideração da personalidade jurídica: rejeição do pedido....	379
10.13. Dispositivo e estrutura	380
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	381